



INFORMAÇÃO Nº 055/2013 – GAB/SEFIPE

PROCESSO Nº 14.650/2009

APENSO Nº 080.000.810/2008 – GDF

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado de Educação do DF – SE/DF.

ASSUNTO: Aposentadoria.

EMENTA: Aposentadoria de JOSÉ SILVIO MAGALHÃES, matrícula nº 75.889-2, no Cargo de Professor, Classe A, Etapa 25-AD I, nos termos do art. 6º da EC nº 41/03, c/c o art. 2º da EC nº 47/05, e o art. 40, § 5º, da CRFB, de acordo com o ato publicado no DODF de 22/07/08.

Pedido de reexame. Análise de admissibilidade.

Pelo conhecimento.

Senhora Relatora,

Tratam os autos da aposentadoria de JOSÉ SILVIO MAGALHÃES, nos termos da ementa.

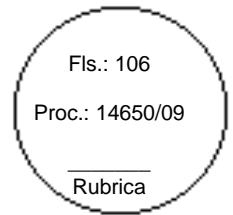
2. Na última oportunidade em que se pronunciou nos autos, a Corte, a teor do Despacho Singular nº 320/12 - GCAM (fls. 43/44), reiterou os termos da Decisão nº 3023/11 (fl. 38), de seguinte teor:

[...]I – considerar parcialmente cumprida a Decisão nº 1.947/10 (fl.24); II - determinar o envio dos autos apensos à Secretaria de Estado de Educação, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, seja procedida a revisão da incorporação da parcela TIDEM aos proventos do servidor, consoante o art. 21, inciso VII e § 6º, III, da Lei nº 4.075/07, conforme Decisão nº 6.412/10, item III-e, (Processo nº 8.952/09 – Auditoria de Regularidade), condicionada à prévia comunicação da possível redução dos valores pagos para o mesmo se manifestar, caso queira, observando não poder ser considerado, para incorporação da vantagem, o período em que o servidor acumulou o cargo de Analista de Administração Pública da SES, cuja admissão ocorreu em 01.08.85; III – determinar à Secretaria



de Estado de Saúde que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe a carga horária exercida pelo servidor José Silvio Magalhães, Matrícula nº 0143612-0, desde julho/94, com a indicação do(s) turno(s) trabalhado(s), encaminhando ao Tribunal, se for o caso, documentação comprobatória da compatibilidade de horários no acúmulo dos cargos de Professor (no qual se aposentou em 22.07.08 junto à SEDF), com o de Analista de Administração Pública (em atividade junto à SES). O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 134, inciso II, do CPC.

3. Verifica-se, na atual fase processual, a admissibilidade do Recurso apresentado pelo servidor, mediante representação, em face da referida Decisão nº 3023/11, reiterada pelo Despacho Singular nº 320/12 – GCAM.
4. Sucintamente, o servidor se irressignou contra os termos da Decisão nº 3023/11 quando lhe foi noticiado pela jurisdição a iminente supressão da parcela TIDEM (Gratificação de Dedicação Exclusiva), em atendimento ao referido *decisum*, conforme telegrama datado de 06/03/2013 (cópia à fl. 91).
5. A par de eximir-se de qualquer responsabilidade pelo ato praticado pela Administração, que culminou na percepção integral da parcela TIDEM nos proventos, nos termos da Portaria nº 255/2008 da SE/DF, socorre-se da boa-fé, fundado em julgados do Superior Tribunal de Justiça que colaciona.
6. Por fim, requer o efeito suspensivo do recurso até o julgamento final da questão, bem como seja julgado procedente o recurso para declarar a nulidade do ato que autorizou a supressão da parcela TIDEM, eis que os proventos integrais, na forma em que lhe foram concedidos quando da aposentadoria, não devem ser objeto de qualquer tipo de constrição.
7. O recorrente possui legitimidade para a interposição do recurso, nos termos do *caput* do artigo 189 do Regimento Interno do TCDF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 10/01.
8. Quanto à tempestividade, o presente recurso foi protocolado neste Tribunal em **02/04/13** (fl. 80). A considerar que o interessado foi cientificado do teor da Decisão nº 3023/11, no mínimo em **06/03/13**, a vista da data em que lhe foi encaminhado o referido telegrama de fl. 91, e não havendo comprovante que a SE/DF tenha providenciado a prévia comunicação do servidor, nos termos do item I da Decisão nº 3023/11, entendemos que foi observado o prazo de 30 dias, previsto no *caput* do art. 189 do Regimento Interno/TCDF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 10/01, em que pese expirado o prazo prorrogado pelos Despachos



Singulares nºs. 511/12-GCAM e 062/13-GCAM, este recebido na jurisdição em 09/02/13 (fl. 79).

9. Na oportunidade, registra-se que foi protocolado nesta Corte o Ofício nº 501/2013-GAB/SE (fl. 93), datado de 11/04/13, bem como o de nº 524/2013-GAB/SE, de 15/04/13, ambos noticiando as providências adotadas quanto ao cumprimento da Decisão nº 3023/11, o que poderá, neste momento, ser conhecido pelo Tribunal.

Pelo exposto e tendo em vista os termos do artigo 1º, inciso III, alínea “a”, da Resolução – TCDF nº 140/01, com redação dada pelas Resoluções nºs. 174/06 e 229/11, encaminho os autos à elevada consideração de Vossa Excelência, sugerindo:

- I) conhecer do Ofício nº 501/2013-GAB/SE e documentos que o acompanha fls. 93/102, bem como do Ofício nº 524/2013-GAB/SE de fl. 103;
- II) conhecer do recurso interposto pelo servidor JOSÉ SILVIO MAGALHÃES contra a Decisão nº 3023/11 (fls. 80/92), como se Pedido de Reexame fosse, conferindo-lhe efeito suspensivo, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 1/94, c/c os arts. 188, II, “a”, e 189 do Regimento Interno do TCDF e o art. 1º da Resolução-TCDF nº 183/07;
- III) dar conhecimento do teor da decisão que vier a ser adotada ao recorrente, por meio de seu representante legal, e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, conforme estabelece o § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF nº 183/07, com o alerta que ainda pende de análise o mérito do referido recurso;
- IV) determinar o retorno dos autos à SEFIPE para a análise do mérito do recurso em apreço.

À Superior Consideração.

Brasília-DF, 16 de abril de 2013.

Sebastião Cal de Miranda
Secretário de Fiscalização de Pessoal